

**Economia****TERRENO DE MARINHA**

# Governador entra na briga contra cobrança de taxa

**ENTENDA****Terrenos de marinha**

- > **SÃO TERRENOS** de marinha todos que, banhados pelas águas do mar ou rios navegáveis, em sua foz, vão até a distância de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio, em direção ao continente.
- > **ESSAS ÁREAS** são consideradas de propriedade da União, que cobra, por elas, taxas.

**As taxas**

- > **LAUDÊMIO:** é um pagamento de 5% que o contribuinte faz pela transferência dos terrenos de marinha, que são bens da União.
- > **TAXA DE OCUPAÇÃO:** terrenos ocupados até 1988 pagam 2% por ano sobre o valor do domínio pleno do terreno. A partir de 1989, o percentual é de 5% (ao ano).
- > **AFORAMENTO:** 0,6% sobre o valor do domínio pleno do terreno, atualizado a cada ano.

**Cobrança**

- > **NO ESPÍRITO SANTO,** a cobrança da taxa de marinha feita pela União existe em 14 municípios.
- > **NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA,** 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo que 50 estão em área popular.

**Bento Ferreira**

- > **NO CASO** de Bento Ferreira, a região foi desapropriada pelo Estado e, ainda assim, a União insiste em manter as taxas. O bairro integrava a Fazenda Leopoldina, que foi passado para o Estado e depois para os moradores, nunca tendo sido da União.

Casagrande determinou reunião entre o Estado e a Superintendência de Patrimônio da União para acabar com tributo em Bento Ferreira

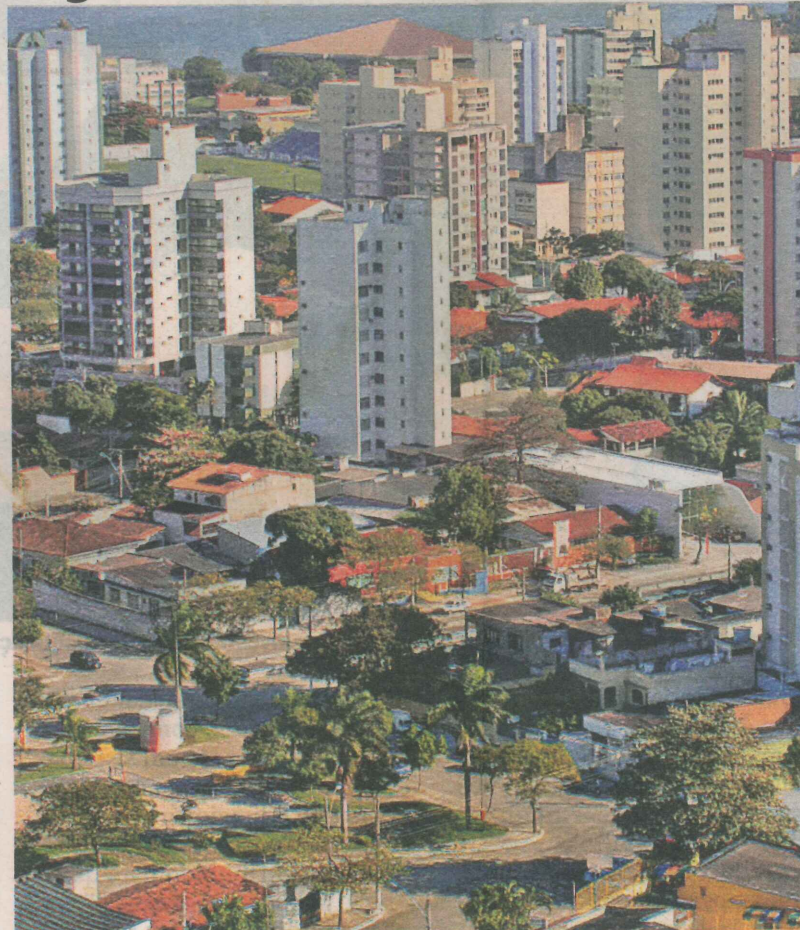
necessário.

No caso específico de Bento Ferreira, a região foi desapropriada pelo Estado e, ainda assim, a União insiste em manter as taxas.

“O bairro integrava a Fazenda Leopoldina, de uso particular, que foi passada para o Estado e depois para os moradores. Portanto, nunca esteve nas mãos da União. Estamos discutindo esse problema, com muitas chances de ser resolvido”, destacou o presidente da comissão, deputado Luciano Rezende (PPS).

Ele afirmou que a cobrança da taxa de marinha no Estado é uma “anarquia”. “A taxa de marinha é uma das maiores injustiças institucionalizadas em lei no Brasil, único País do mundo que tem a cobrança. E, no Espírito Santo, ela é abusiva e ilegal, já que os cadastramentos são irregulares, sem notificação prévia”, criticou Luciano.

Uma ação proposta pela comissão ao Ministério Público Federal (MPF) pede o fim da cobrança da taxa no Estado. No município de Vitória, 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo 50 em área popular. No Espírito Santo, a cobrança existe em 14 municípios.



**BENTO FERREIRA** foi desapropriado pelo Estado e repassado a moradores

ARQUIVO/AT

Joyce Meriguetti

Os moradores de Bento Ferreira, em Vitória, podem ficar livres da taxa de marinha. O governador Renato Casagrande (PSB) disse que está disposto a intervir junto à União pelo fim da cobrança no bairro.

Em reunião com a comissão da Assembleia Legislativa que analisa a cobrança abusiva das taxas, Casagrande designou o secretário de Governo, Robson Leite, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, para se reunir com o representante da Superintendência de Patrimônio da União no Estado (SPU-ES), Magno Pires, nos próximos dias e discutir o assunto.

O governador também se comprometeu a conversar pessoalmente com o governo federal, caso seja